CGC 33.647.553/0001-90

RELATÓRIO DA DIRETORIA

O ano de 2012, no contexto da atual gestão, foi singular e de risco para o projeto de recuperação do Fluminense, por causa das penhoras determinadas pela Justiça Federal na fonte Globo, que é a mais representativa fonte na composição das receitas do Clube. As penhoras foram requeridas pela Receita Federal para alcançar os tributos IRRF e INSS não recolhidos no período de 2007 a 2010, que somam R$ 31.440.152,00 (Trinta e um milhões, quatrocentos e quarenta mil, cento e cinquenta e dois reais). Apesar de não surpreender o Fluminense, que mantém sob forte vigilância as suas contas e compromissos, o fato chegou antes do esperado e abalou o sistema de contas a pagar, por causa do desequilíbrio crônico e histórico do seu passivo. E, registre-se que os impostos objetos da penhora, por lei, não podem ser parcelados via processo administrativo. Não seria possível, portanto, antes da fase da penhora, propor à Justiça Federal, um modelo de pagamento semelhante ao que fez o Fluminense em 2011, para o seu passivo trabalhista. Diante das penhoras, que aconteceram em momento inesperado, alternativa não teve o Fluminense a não ser mudar repentinamente, o curso do seu planejamento financeiro, para realinhar com rapidez o fluxo de caixa. A mudança, apesar de ser uma decisão compulsória e de emergência, não poderia dispensar a boa técnica com avaliação correta dos riscos para todo o projeto de recuperação do Clube iniciado em dezembro de 2010. A boa técnica de gestão financeira para crises momentâneas em fluxos de caixa nos permitiu encerrar o ano sem descumprir o orçamento fixado pelo Conselho Deliberativo, com os salários em dia e pagamento regular de todos os compromissos financeiros do Fluminense, em especial, do IRRF, INSS, ATO TRABALHISTA, outros tributos e parcelamento do FGTS (não recolhido há décadas e apartado da TIMEMANIA, em 2009). Em 2012, o Fluminense recolheu R$ 12.803.958,05 a título de impostos (IRRF, INSS, FGTS, PIS, COFINS, ISS, PIS/COFINS/CSLL RET). Em 2011, R$ 11.015.781,03. Somando-se os valores chega-se ao valor total de R$ 23.819.739,03, que representa quase 14 vezes o valor total de impostos pagos nos dois anos anteriores, 2009 e 2010 (R$ 1.819.407,58). Para cumprir com o ATO TRABALHISTA, o Fluminense depositou na Justiça do Trabalho, no ano de 2012, o valor de R$ 11.260.304,36. Para saber quanto, efetivamente, o Fluminense apartou do seu fluxo de caixa em 2012, para redução dos seus passivos trabalhista e fiscal, é preciso considerar o valor efetivamente penhorado: R$ 8.262.433,68; valor referente, portanto, aos impostos não recolhidos no período de 2007 a 2010. Temos, então, que só em 2012, o Fluminense pagou do seu passivo trabalhista e fiscal o valor total de ***R$ 32.326.696,09,*** distribuídos do seguinte modo: a) R$ 12.803.958,05 de impostos e FGTS. b) R$ 11.260.304,36 de ATO TRABALHISTA. c) R$ 8.262.433,68 penhorados, à disposição da Receita Federal. O impacto da penhora abriu a necessidade de acelerar a reestruturação do Departamento Financeiro, que deixou de ser mera tesouraria, departamento que paga e recebe, para ser o órgão centralizador de todo o sistema de compras e estoques, crítica dos contratos pelo viés dos riscos e potencial de receita. Ele recebeu a atribuição adicional, não menos importante, de negociar o passivo e renegociar as obrigações contratuais do Fluminense com o objetivo de estender os prazos de pagamento. O Departamento de Contabilidade e Custos reformado, passou a ser, em conjunto com o Departamento Financeiro, o instrumento básico de controle das despesas e vigilância das receitas. Ao lado disso, era preciso deixar para épocas mais calmas, as situações que pudessem esperar e atirar-se com ímpeto na direção das medidas que possam produzir novos recursos com rapidez. Por isso, o Departamento de Recursos Humanos perdeu tamanho, para ser incorporado ao Departamento de Contabilidade e Custos, que ficará mais atento às movimentações, que possam gerar novas despesas com pessoal. Deu-se prioridade aos investimentos determinados pelo Presidente e presentes no Orçamento Anual, medida essencial à preservação do que se conquistou em 2011 de capacidade de investimento e gestão. Assim sendo, o esforço de readaptação, além de tomar o cuidado de cumprir os compromissos financeiros, conservou as decisões do Presidente do Fluminense de: a) Manter o Clube em funcionamento, sem perder qualidade no atendimento ao sócio e ao torcedor do time. b) Investir com prioridade na recuperação do futebol de base, única possibilidade apresentada hoje ao Fluminense para ser menos dependente das receitas de terceiros. c) Reformar o Parque Aquático, para não permitir que o local, pela deterioração já em elevado grau, representasse significativa perda patrimonial para o Fluminense. d) Construir as condições técnicas e instrumentos de trabalho essenciais à criação da nova categoria de sócio, o sócio futebol, elemento que, em pouco tempo, terá peso representativo na composição das receitas do Fluminense, diretamente, como contribuição mensal e, indiretamente, como força de consumo dos produtos com a marca Fluminense. e) Preservar a competitividade do time de futebol profissional. Contudo, as medidas de gestão financeira e administrativa não dispensavam as providências no campo jurídico. Era preciso, depois das penhoras, perseguir o inédito para os tributos federais de parcelamento não autorizado: conquistar um parcelamento judicial, a exemplo do que se fez, em 2011, para o passivo trabalhista. O Fluminense, então, abriu discussão sobre as penhoras, primeiro com a Procuradoria da Receita Federal, numa prévia de acordo de parcelamento que poderia, em seguida, ser decidido pela Justiça Federal. Depois de muitas rodadas de reuniões entre os Procuradores, o Presidente e os advogados do Fluminense, a Procuradoria rejeitou a possibilidade de acordo. O Fluminense partiu para a discussão judicial, para provar que a austeridade na gestão dos seus recursos financeiros permitiria, sim, o pagamento integral dos tributos não recolhidos, se lhe fosse assegurada a oportunidade de não interromper o processo de recuperação administrativa e financeira iniciado no final de 2010. A decisão em segunda instância, abaixo transcrita em parte, demonstra que, apesar das resistências da Procuradoria da Fazenda, o Fluminense obteve vitória de relevo, ainda não plenamente efetivada, mas, sem dúvidas, indicativa da escolha do caminho certo, tanto na gestão da crise, como na busca do socorro judicial. Afirmou a Desembargadora:

"Neste AGRAVO DE INSTRUMENTO, FLUMINENSE FOOTBALL CLUB não se conforma com a decisão proferida no curso do executivo fiscal 2012.51.01.031986-4, estampada às fls. 371, que determinou a penhora dos valores devidos ao clube pela GLOBOSAT em virtude do "Contrato de Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Exibição e Transmissão em Televisão por Assinatura dos Sons e Imagens do Campeonato Brasileiro de Futebol Temporadas 2012, 2013, 2014 e 2015 – Série A – e Outras Avenças" atinentes à temporada de 2012, no montante de R$ 3.120.948,37 (três milhões, cento e vinte mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), sendo tal valor o total devido atualizado.

Em suas razões de recurso, o Fluminense propugna pela reforma da decisão criticada, com a liberação ou redução dos valores indisponíveis para 1% sobre o aludido contrato, mais 1% da receita bruta de outro contrato, a saber, "Contrato de Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Exibição e Transmissão em Televisão Via Sistema Pay Per View, do Campeonato Brasileiro de Futebol – Temporadas de 2012, 2013, 2014 e 2015 – Série A – e Outras Avenças", firmado com a GLOBOSAT e a GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES [...].

[...] O Fluminense demonstrou, nesta estreita via do agravo de instrumento, dois aspectos que merecem relevo. O primeiro é a sua intenção de honrar suas dívidas fiscais, o que fica patente de toda a sua argumentação. O segundo dado é que juntou aos autos prova documental bastante para comprovar que tem contratos firmados, arrecadação e faturamento (fls. 15 a 17), justificando força econômica para saldar todas as suas pendências para com o Fisco.

Seu débito total se resume atualmente a sete execuções fiscais, "consolidada" a dívida total em mais de 31 milhões de reais.

Diante desse panorama, nítido que o Fluminense está em momento de pujança em suas atividades desportivas, campeão Brasileiro de 2012, participando automaticamente da Copa Libertadores da América 2013 – o que significa mais receita para o clube – , mantendo seu treinador e time base com contratos renovados, bem como deixando até de aceitar novos sócios pelo tamanho número recorde de novas inscrições de torcedores feita pela internet, enfim, vem honrando todos os seus compromissos correntes e amortecendo as dívidas trabalhistas e civis. Agora, deve iniciar, sem mais tardar, o pagamento ao Fisco Federal.

Assim, dos valores penhorados, em torno de três milhões, defiro em parte a antecipação dos efeitos da tutela recursal vindicada e determino a manutenção da penhora tão-somente com relação a R$ 1.127.083,50 (hum milhão, cento e vinte e sete mil, oitenta e três reais e cinquenta centavos), como primeira parcela de outras 36 (trinta e seis), devendo nos dias 3 do calendário, a contar de janeiro de 2013, depositar no juízo originário as parcelas restantes de R$ 1.127.083,50 (hum milhão, cento e vinte e sete mil, oitenta e três reais e cinquenta centavos), até a quitação geral da dívida dos executivos fiscais em análise."

Por fim, o Balanço Contábil de 2012 apresenta resultados, que indicam o acerto das medidas. O déficit de R$ 34.135.000,00 de 2011 ficou reduzido a R$ 3.716.000,00 em 2012. As receitas líquidas saíram de R$ 77.382.000,00 em 2011, para R$ 144.029.000,00 em 2012. O Passivo, Circulante e Não Circulante, está impactado pelo reconhecimento do contrato Globo no total de R$ 47.415.000,00 (Circulante) e R$ 277.292.000,00 (Não Circulante), referente ao período 2013 a 2018. É bom deixar claro, de pronto, que o valor não se refere a antecipações. Portanto, o Fluminense não terá que devolvê-lo nem abatê-lo dos créditos que terá no futuro. No mais, aproveitamos a oportunidade para dizer que o ano de 2013 será, ainda, um período de muita dificuldade financeira a exigir vigilância absoluta sobre as contas e projetos do Fluminense, mas poderá ser o momento de solução definitiva da dívida ainda não administrável, aquela que coloca um risco o planejamento de médio e longo prazo. Vencida a questão criada pelos impostos não recolhidos nos anos de 2007 a 2010, todo o passivo do Fluminense estará alinhado com o seu fluxo de caixa presente e futuro, situação que melhora consideravelmente a nossa capacidade gerencial.

Cordialmente,

Peter Eduardo Siemsen – Presidente
Fluminense Football Club

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2012	2011
CIRCULANTE		**82.555**	**17.523**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.625	805
Contas a Receber	5	76.362	13.990
Adiantamentos a Terceiros		189	232
Almoxarifado		155	693
Despesas a Apropriar		1.224	1.803
NÃO CIRCULANTE		**611.506**	**343.529**
Contas a Receber	5	241.427	-
Depósitos Judiciais		6.083	5.773
Contribuição Social a Recuperar		2.197	2.199
Investimentos		-	50
Imobilizado	6	325.386	325.643
Intangível	6	36.413	9.864
TOTAL DO ATIVO		**694.061**	**361.052**

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota Explicativa	2012	2011 (reclassificado)
CIRCULANTE		**180.978**	**111.514**
Empréstimos	7	31.784	34.916
Fornecedores		1.222	1.335
Imagem de Atletas a Pagar		233	95
Obrigações Trabalhistas e Sociais	8	25.024	15.630
Impostos e Contribuições	9	27.928	20.629
Contas a Pagar	10	25.039	8.126
Credores Diversos	11	2.403	6.669
Parcelamentos	12	3.362	2.328
Receita Antecipada	14	2.967	2.622
Receita a Apropriar	15	47.415	4.723
Processos Trabalhistas	16	12.042	11.805
Acordos Processos Civeis	17	1.559	2.636
NÃO CIRCULANTE		**586.141**	**318.880**
Empréstimos	7	8.962	8.836
Parcelamentos	12	29.698	27.462
Impostos e Contribuições - Parcelamento Timemania	13	137.613	137.662
Processos Trabalhistas (Ato Trabalhista)	16	86.034	87.086
Acordos - Processos CÍveis	17	3.467	4.000
Provisões P/Contingências	18	32.540	27.488
Receitas Antecipadas	14	10.535	12.239
Receita a Apropriar	15	277.292	14.107
PATRIMÔNIO SOCIAL		**(73.058)**	**(69.342)**
Fundo Patrimonial		(365.564)	(333.495)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		296.222	298.288
Déficit do Exercício		(3.716)	(34.135)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		**694.061**	**361.052**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficits acumulados	TOTAL
Saldo em 31/12/2010	(293.581)	300.354	(41.980)	(35.208)
Transferência Déficit	(41.980)		41.980	
Realização do Custo Atribuido	2.065	(2.065)		1
Déficit no Exercício			(34.135)	(34.135)
Saldo em 31/12/2011	(333.496)	298.289	(34.135)	(69.342)
Transferência Déficit	(34.135)		34.135	-
Realização do Custo Atribuido	2.067	(2.067)		
Déficit no Exercício			(3.716)	(3.716)
Saldo em 31/12/2011	(365.564)	296.222	(3.716)	(73.058)

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2012	2011
RECEITA LÍQUIDA	19	**144.029**	**77.382**
CUSTOS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES			
Profissional		**(69.313)**	**(58.399)**
Gastos com Pessoal		(32.760)	(35.121)
Serviços Profissionais		(5.067)	(4.164)
Gastos com Jogos e Bonificações		(4.985)	(3.223)
Direitos de Imagem e de Arena		(6.970)	(4.773)
Amortização Atletas Profissionais Contratados		(11.227)	(4.074)
Gastos Gerais		(8.304)	(7.044)
Amador		**(7.022)**	**(5.804)**
Gastos com Pessoal		(2.624)	(2.706)
Serviços Profissionais		(598)	(125)
Gastos Gerais		(3.800)	(2.973)
Total de Custos do Departamento de Esportes		**(76.335)**	**(64.203)**
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**67.694**	**13.179**
CLUBE SOCIAL			
Despesas Operacionais		**(71.410)**	**(47.314)**
Despesas com Pessoal		(6.885)	(5.431)
Despesas Gerais e Administrativas		(4.618)	(3.065)
Serviços Profissionais		(4.870)	(2.577)
Financeiras Líquidas		(29.431)	(24.743)
Despesas com Depreciação e Amortização		(2.273)	(2.348)
Despesas com Provisões		(23.333)	(9.150)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		**(3.716)**	**(34.135)**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Expresso em milhares de Reais)

	2012	2011 Reclassificado
Atividade Operacional		
Déficit do exercício	(3.716)	(34.135)
Ajustes para conciliação		
Depreciação	2.273	2.348
Amortização do Intangível	11.227	4.074
Baixa de Imobilizado	240	-
Despesas com provisão para contingências	19.144	9.150
Despesas Juros e atualizaçoes	16.653	18.748
Receitas Apropriadas	(4.723)	-
Resultado operacional bruto	41.098	185
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(62.372)	(12.791)
Aumento (redução) em fornecedores	(113)	325
(Aumento) redução em estoques	538	(160)
Aumento (redução) em parcelamentos	2.332	26.025
Aumento (redução) em contas a pagar	17.051	4.751
Aumento (redução) em acordos	(2.425)	(19.693)
Aumeto (redução) em obrigações fiscais e sociais	25.844	(20.822)
(Aumento) redução em outros ativos	(7.948)	(799)
Aumento (redução) em outros passivos	457	12.325
Caixa Líquido das Atividades de Operacionais	14.462	(10.654)
Atividades de Investimento		
Direitos sobre atletas de futebol		
Recebimentos referente transferência de direitos	29.736	13.441
Pagamentos ref aquisição de direitos	(22.466)	(5.960)
Pagamentos referente formação de atletas	(4.996)	(4.270)
Patrimônio		
Aquisição de imobilizado	(2.275)	(1.736)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(1)	1.474
Atividades de Financiamento		
Aquisição de empréstimo	23.729	32.480
Amortização de empréstimos	(34.370)	(25.335)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(10.641)	7.145
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**3.820**	**(2.035)**
Demonstração da redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		
No inicio do exercício	805	2.840
No fim do exercício	4.625	805
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**3.820**	**(2.035)**

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais).

1. INFORMAÇÕES GERAIS – Fluminense Football Club, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo a prática social, cultural, cívico, recreativo e desportivo, cuja manutenção ocorre exclusivamente por conta das contribuições sociais (mensalidades), patrocínios, cotas de televisão e renda de jogos. Conforme descrito nas notas explicativas Nos 5 e 15 o clube firmou contrato de televisionamento com aditivo no período de 2012 até 2018. Parte substancial da receita foi diferida para amortização ao longo do contrato. Dessa forma, o montante registrado no passivo não representa desembolso de caixa para o clube o que diminui o impacto da deficiência de capital de giro acumulada ao longo dos anos. A única contra prestação é representada por sua participação nos campeonatos para que realize tal receita de acordo com sua competência. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 BASE DE PREPARAÇÃO –** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando aplicável para a mensuração de ativos ao valor justo. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, o Clube adota as práticas contábeis definidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1005/04, de 17 de setembro de 2004. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube. As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais o clube seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3. **2.2 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA –** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas por aquisições e/ou vendas de atletas para o exterior. **2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA –** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários. **2.4 CONTAS A RECEBER –** As contas a receber correspondem aos direitos a receber oriundos de negociações de atletas, patrocínios, mensalidades de associados, contratos de locação e contratos de televisão. Estão apresentados a valores de realização, sendo que as contas a receber de cliente no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de cambio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação esteja considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso. **2.5 ALMOXARIFADO –** Representa materiais de consumo registrados pelo valor de custo de aquisição. **2.6 DESPESAS ANTECIPADAS –** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência. **2.7 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES –** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a receber são apresentadas como ativo não circulante. **2.8 IMOBILIZADO** – O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os terrenos não são depreciados. Em função da relevância dos montantes apresentados, o clube utilizou em 1º de janeiro de 2010 a opção da adoção de custo atribuído aos seus terrenos e edificações. Para os demais itens do ativo imobilizado a administração concluiu que o custo histórico se aproxima do valor justo em função de manutenções e portanto não requerem a adoção do *deemed cost*. O laudo de avaliação em 21 de dezembro de 2010 apresentou o valor justo no montante de R$326.425 mil determinando um aumento de R$ 59.663 mil em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totalizava R$ 266.762 mil. O valor baseado em avaliação por avaliadores independentes em 2010 foi aprovado pelo Conselho Diretor. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Edificações	51 a 95	51 a 95
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Equipamentos Processamento	5	5
Equipamento Diversos	10	10

2.9 INTANGÍVEL – Nessa rubrica foram registrados os custos diretamente relacionados com a contratação e renovação de atletas profissionais e o custo de atletas em formação. A amortização dos valores dos contratos de atletas profissionais é realizada de acordo com o prazo de cada contrato e sobre o custo de formação dos atletas é considerada no encerramento do exercício a possibilidade de recuperação econômico-financeira (*impairment*) do valor líquido contábil de cada atleta em formação. Constatada que tal recupera-

ção, total ou parcial, não se realizará, é constituída provisão para perda ou baixado do ativo. **2.10 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS –** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil liquido ao valor recuperável. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativa, entre as partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo. Os atletas em formação tem seu custo avaliado anualmente para fins de *impairment*. **2.10 DÍVIDAS FISCAIS E SOCIAIS – TIMEMANIA.** Apresentam os valores corrigidos monetariamente, conhecidos pela Administração, referentes a débitos fiscais e sociais. **2.11 EMPRÉSTIMOS –** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12 DEMAIS PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE –** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, até a data do balanço, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.13 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES –** As provisões são reconhecidas quando o clube tem uma obrigação presente ou não formalizada resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tenha sido estimado com segurança. **2.14 RECONHECIMENTO DA RECEITA –** A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade. **3.1 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA –** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na sua realização. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. **3.2 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS –** As provisões para passivos contingentes são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável ao clube e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável ao clube seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos do clube, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis. **3.3 VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES –** Os ativos imobilizados são depreciados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas. No exercício de 2010, o clube reavaliou a vida útil dos ativos não circulantes em linha com o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e de acordo com os parágrafos de 20 a 29 do ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado". Essa revisão resultou na alteração da vida útil dos ativos analisados, conforme apresentado na Nota 2.9, com diminuição da depreciação, sobre os bens integrantes do ativo imobilizado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa e bancos	**4.625**	**805**

5 CONTAS A RECEBER – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	2012	2011
Patrocínios	319	329
Licenciamentos de produtos	177	47
Alugueis	64	111
Contrato de Tv	45.059	4.988
Repasse de Direitos Econômicos/Federativos	30.200	8.128
Outros	383	387
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	160	-
Total curto prazo	**76.362**	**13.990**
Cota de Tv Temporada 2014 a 2018 **(i)**	241.427	-
Total longo prazo	**241.427**	

(i) Esse saldo inclui as cotas de televisão do contrato firmado pelo período de 2014 a 2015 no montante de R$ 85.427 mil e as cotas de televisão do aditivo contratual firmado pelo período de 2016 a 2018 no montante de R$ 156.000 mil.

6. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	Custo	Depreciação amortização acumulada	2012 Líquido	2011 Líquido
IMOBILIZADO				
SEDE	**326.404**	**(5.944)**	**320.460**	**320.989**
Edificaçoes e Benfeitorias	172.233	(5.891)	166.342	166.806
Móveis e Utensílios	440	(17)	423	285
Veículos			-	9
Equipamento Processamento	103	(9)	94	170
Equipamentos Diversos	921	(27)	894	950
Pinacoteca	707	-	707	707
Imobilizado em adto		-	-	63
Terrenos	152.000	-	152.000	152.000
XERÉM	**5.340**	**(414)**	**4.926**	**4.654**
Benfeitorias e Instalações	2.268	(203)	2.065	1.942
Móveis e utensílios	153	(5)	148	56
Equipamento de Processamento	25	(2)	23	3
Equipamentos Diversos	188	(6)	182	79
Edificações e Benfeitorias	2.706	(198)	2.508	2.574
Total do Imobilizado	**331.744**	**6.358**	**325.386**	**325.643**
INTANGÍVEL				
Atletas Profissionais	48.570	(15.219)	33.351	6.558
Atletas em formação				
Infantil	810		810	2.256
Júnior	14		14	27
Juvenil	2.131		2.131	886
	51.525	**(15.219)**	**36.306**	**9.727**
Direito uso de software	208	(101)	107	137
Total do Intangível	**51.733**	**(15.320)**	**36.413**	**9.864**

Dos Atletas em formação registrados no ativo intangível , o montante baixado para o resultado do exercício de 2012 foi R$ 2.908 e em 2011 R$ 2.087 mil.

7. EMPRÉSTIMOS

Instituição	Taxa de juros e Vencimento	2012 Circulante	2012 Não Circulante	2011 Circulante	2011 Não Circulante
Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro-FERJ	CDI - Maio/13	1.300	3.900	1.300	5.200
Unimed -rio	CDI- Dez/13	1.565	-	1.565	1.565
Confederação Brasileira de Futebol -CBF	1,5% a.m -Dez13/14	4.283	5.062	9.612	-
Banco BMG	1,7% a .m-Dez/13	21.956	-	19.993	2.071
Leca Comercial	2,0% a .m -Dez/13	2.680	-	2.446	-
Total		**31.784**	**8.962**	**34.916**	**8.836**

Garantias de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos estão garantidos por cotas do campeonato estadual, campeonato brasileiro, mensalidades e contrato de patrocínio.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2012	2011 Reclassificado
Salários	3.444	953
INSS	1.329	989
FGTS	813	338
PIS sobre folha	511	168
Rescisões	1.873	3.798
13º Salário	-	433
Férias	3.020	1.595
Débitos PGFN(INSS) (i)	14.034	7.356
Total	**25.024**	**15.630**

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2012	2011 Reclassificado
IRRF	5.553	2.725
ISS	800	531
COFINS	249	67
INSS	645	786
Retenções - CSLL/COFINS/PIS	798	121
IPTU	1.137	1.053
Sindicato	195	260
Débitos PGFN(IRRF/PIS/COFINS) (i)	18.551	15.086
Total	**27.928**	**20.629**

(i) Débitos PGFN

O clube foi citado pela Fazenda Nacional (União Federal), pleiteando a penhora de crédito decorrente de dívidas fiscais referente a cobrança de impostos não inseridos no programa de parcelamento denominado "Timemania".

10. CONTAS A PAGAR

	2012	2011
Aquisição de Direitos Federativos	15.752	-
Participação em Direitos Econômicos	5.164	7.148
Agenciamentos	3.208	-
Outros	915	978
Total	**25.039**	**8.126**

11. CREDORES DIVERSOS

CONTA CORRENTE	2012	2011
Federação de Futebol do Estado Rio de Janeiro	28	102
Clube dos Treze	2.103	6.335
Outros	272	232
Total	**2.403**	**6.669**

12. PARCELAMENTOS

	2012 Circulante	2012 Não Circulante	2011 Circulante	2011 Não Circulante
FGTS **(i)**	2.095	25.673	1.906	26.682
Cedae	288	731	243	487
IPTU	90	17	84	98
Multas CLT	889	3.277		
Outros	-	-	95	195
Total	**3.362**	**29.698**	**2.328**	**27.462**

(i) clube firmou em 22/11/2011º Termo de Confissão de Dívida e compromisso de pagamento para com o FGTS a ser amortizado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas.

13. TIMEMANIA (Parcelamento)

Representa dívidas em decorrência da adesão a Lei 11.345/06 (Timemania), que estabelece os critérios de participação e adesão das entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional e dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não--tributários .

	2012	2011
INSS	43.759	46.877

	2012	2011
IRRF	59.686	59.686
PIS	3.204	3.204
COFINS	3.079	3.079
CSLL-COFINS-PIS	124	124
MULTAS PGFN	679	679
AMORTIZAÇÕES	(5.147)	(3.604)
SELIC PGFN/RFB	32.229	27.616
Total (PGFN-RFB)	93.854	90.784
Total	**137.613**	**137.662**

14. RECEITAS ANTECIPADAS

	2012 Circulante	2012 Não Circulante	2011 Circulante	2011 Não Circulante
Globosat (2013 a 2015)	2.423	5.385	2.422	7.267
Traficc Assessoria	-	4.972	-	4.972
Ambev	190	150	-	-
Outros	354	28	200	
Total	**2.967**	**10.535**	**2.622**	**12.239**

15. RECEITAS A APROPRIAR/REALIZAR

	2012 Circulante	2012 Não Circulante	2011 Circulante	2011 Não Circulante
Globo(Luvas 2013 a 2018)	4.702	35.865	4.723	14.107
Globo(Contr.2013 a 2018)	42.713	241.427		
Total	**47.415**	**277.292**	**4.723**	**14.107**

16. PROCESSOS TRABALHISTAS

	2012 Circulante	2012 Não Circulante	2011 Circulante	2011 Não Circulante
Processos Fora do Ato Trabalhista	271	-	287	-
Processos no Ato Trabalhista	11.771	86.034	11.518	87.086
Total	**12.042**	**86.034**	**11.805**	**87.086**

Em 29 de novembro 2011 o Fluminense assinou o Ato trabalhista conforme publicação no Diário Oficial. O referido ato é o acordo de parcelamento a longo prazo de todos os processos trabalhistas do clube, exceto os de valores inferiores a R$ 13 (treze mil reais).e os ajuizados após sua publicação. O Clube deverá depositar mensalmente 15% de sua receita mensal, com a garantia mínima de R$ 900 (2012)-R$ mês R$1000 (2013)

17. ACORDOS e PROCESSOS CÍVEIS

	2012 Circulante	2012 Não Circulante	2011 Circulante	2011 Não Circulante
Acordos e Processos Cíveis	1.559	3.467	2.636	4.000
Total	**1.559**	**3.467**	**2.636**	**4.000**

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O Clube é réu em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em relatórios de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, achou por bem provisionar valores considerados como execuções em curso , perdas prováveis, com a seguinte composição:

	2012	2011
a) Trabalhista	8.776	-
b) Cíveis	4.189	4.189
c) Fiscais	19.575	23.299
	32.540	**27.488**

O clube é réu em processos cujo objeto é o pagamento da cláusula penal prevista em contrato, conforme determinado pelo artigo 28 da Lei 9.615/98 (Lei Pelé).

Os consultores jurídicos baseados em decisões favoráveis proferidas pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho nos processos 00552-2002-029-01-00-4 (movido contra o Fluminense) em que se decidiu que tal cláusula penal é somente devida pelo atleta ao clube e nunca deste ao atleta acreditam que existem possibilidades de ganho nessas ações movidas contra o clube dessa forma a administração não considerou a constituição de provisão para contingências nesses casos. Os montantes envolvidos são de aproximadamente R$ 93.467 mil.

19. RECEITA LÍQUIDA

RECEITAS OPERACIONAIS	2012	2011
Receitas com Bilheteria (Nota 20)	5.821	3.433
Receitas com Repasse de Direitos Federativos/Econômicos (Nota 21)	51.192	18.204
Receitas de Transmissões Televisivas	52.992	29.428
Receitas com Publicidade e Patrocínio	11.515	15.814
Receitas com Licenciamentos e Franquias	1.619	1.070
Receitas com Premiações e Loterias (Nota 22)	11.700	1.551
Receitas com Esportes Amadores	1.571	1.018
Receitas com Associados	11.713	7.606
Receitas com Aluguéis	1.291	1.105
Outras Receitas	1.763	945
Total das Receitas Operacionais	**151.177**	**80.174**
Deduções da Receita	**(7.148)**	**(2.792)**
Impostos e Contribuições	(7.148)	(2.792)
RECEITA LÍQUIDA	**144.029**	**77.382**

20. RECEITAS COM BILHETERIA

	2012	2011
Campeonato Brasileiro	2.547	2.061
Campeonato Estadual	681	449
Copa Libertadores da América	2.593	933
	5.821	**3.443**

21 RECEITAS COM REPASSE DE DIREITOS FEDERATIVOS

Negociação Atletas	2012	2011
Cessão Definitiva	14.190	17.669
Cessão Direito Econômico	36.385	330
Mecanismo Solidariedade	423	86
Cessão Temporária	184	119
Total	**51.182**	**18.204**

O clube negociou a transferência dos Direitos Federativos dos Atletas ProfissionasFábio Henrique Tavares p/Ave Futebol Clude, Marco Antônio de Mattos Filho p/Associazione Sportiva Roma , Rafael Moura p/Sport Club Internacional e Wallace Oliveira Santos p/Chelsea Football Club. Cedeu para Unimed a título de Direito Econômico percentual dos atletas Wagner Ferreira ,Thiago Neves e Rafael Sóbis.

22 RECEITAS COM PREMIAÇÕES E LOTERIAS2

	2012	2011
Premiação Campeonato Brasileiro	9.500	-
Premiação Campeonato Estadual	900	400
Loteria Federal	-	154
Timemania	1.300	997
Total	**11.700**	**1.551**

DIRETORIA

Peter Eduardo Siemsen	**Fabio Dib**	**Raquel B. Rocha de Sá**
Presidente	Tesoureiro	Contadora – CRC/RJ 071871/0-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e conselheiros
Fluminense Football Club

Examinamos as demonstrações financeiras do Fluminense Football Club que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras –** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes –** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequada apresentação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião –** Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fluminense Football Club em 31 de dezembro de 2012, o desempenho das operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase –** O Clube apresenta deficiência de capital de giro de R$ 98.423 mil em 31 de dezembro de 2012 (R$ 93.991 mil em 31 de dezembro de 2011), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. A administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa. **Outros assuntos –** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas em de 28 de fevereiro de 2012.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013.

MAZARS

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP026467/O-7 S RJ

Carlos Aragaki
Sócio - CRC 1SP132091/O-1 S RJ

PARECER DESTE CONSELHO FISCAL

Com base nos relatórios analisados, com a assistência da Contadora do FFC, Raquel Barbosa da Rocha de Sá e, ainda, com o parecer de Mazars Auditores Independentes, o Conselho Fiscal apresenta a V.Sª., integrando este relatório, seu Parecer sobre as contas apresentadas pelo Conselho Diretor, do exercício de 2012, que refletem a realidade econômico-financeira do F.F.C..
Pelos motivos expostos, este Conselho Fiscal opina pela aprovação das contas do exercício de 2012.

Atenciosamente,
José Melo da Silveira – Presidente do Conselho Fiscal
Dirceu Carmelo da Silva Rangel – Vice-Presidente
Pedro Eduardo Silva Abad – Secretário